



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/11/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA.....	1
1.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	2
1.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	3
1.4. JUÍZES.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
2.1. COMARCAS.....	5
2.2. EVENTOS.....	6
2.3. SEM ASSUNTO.....	7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	8
3.2. EVENTOS.....	9 - 10
3.3. PRESIDÊNCIA.....	11 - 12
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	13 - 14
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. EVENTOS.....	15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	16 - 17
6.2. EVENTOS.....	18
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DESEMBARGADORES.....	19 - 20
7.2. EVENTOS.....	21
7.3. TJ-MA 200 ANOS.....	22 - 23

COMBATE A VIOLÊNCIA

O TRIBUNAL de Justiça do Maranhão entrou em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado para realizar um encontro com representantes de conselho de segurança comunitária e tutelares da Região Metropolitana de São Luís. Tendo como foco e apresentação do Programa Integrado de Combate à Violência. Neste primeiro encontro foram discutidas e definidas algumas ações de enfrentamento à criminalidade no Estado.

Urbano Santos: 337 casais dizem "sim" em casamento comunitário

A Comarca de Urbano Santos assistiu, na terça-feira (12), uma grande solenidade de mais uma etapa do projeto "Casamentos Comunitários". A festa, coordenada e organizada pela juíza Odete Maria Pessoa Mota Trovão, titular da comarca, envolveu 337 casais e contou com os apoios das prefeituras de Urbano Santos e Belágua, que contribuíram com a ornamentação do local da celebração e apoio logístico na realização do evento.

"Quero compartilhar com vocês minha alegria em presidir essa solenidade na qualidade de cidadã "urbano-santense", título que muito me

honrou e que diariamente me estimula e me inspira a fazer o melhor de mim no desempenho das minhas funções", afirmou a juíza no discurso de abertura da cerimônia.

"Agradeço, fortemente, a todos os funcionários do fórum e da serventia extrajudicial de Urbano Santos, especialmente à escritã titular dona Nazaré e à Cristina, que muito se empenharam na concretização do projeto, bem como às prefeituras de Urbano Santos e Belágua", destacou a juíza. Segundo ela, os servi dores foram os maiores patrocinadores do casamento.

Os 337 casais, dos mu-

nicipios de Urbano Santos e Belágua, se inscreveram junto à Serventia Extrajudicial de Urbano Santos - parceira da Corregedoria Geral da Justiça na realização desta cerimônia. Os comerciantes da região doaram brindes que foram sorteados entre os noivos.

Estiveram presentes o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, o desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro e o desembargador Raimundo José Barros de Sousa, que é natural de Urbano Santos. O juiz Gervásio Protásio dos Santos Junior, presidente da Associação dos

Magistrados do Maranhão, também prestigiou o casamento comunitário.

Auxiliando os magistrados na realização dos casamentos, os juízes Cristiano Simas de Sousa (1ª Vara de Chapadinha), Mário Henrique Mesquita Reis (2ª Vara de Chapadinha), Clécia Pereira Monteiro (Comarca de Monção), Aureliano Coelho Ferreira (Comarca de Pindaré-Mirim), André Bezerra Ewerton Martins (Comarca de São Berardo), Joseane de Jesus Correa Bezerra (3ª Vara da Família de São Luís) e Alessandra Costa Arcangeli (juíza auxiliar de entrância final).

DRIVE THRU DO FÓRUM DE SÃO LUÍS RECEBE 14 PETIÇÕES POR DIA



O sistema Drive Thru do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, instalado há duas semanas, está recebendo, em média, 14 petições por dia, a maioria para as Varas Cíveis e da Fazenda Pública de São Luís. O novo serviço minimiza o impacto no estacionamento do fórum e agiliza o recebimento de petições porque o usuário faz a entrega dos documentos sem sair do seu carro.

O serviço de Distribuição e Protocolo Expresso, que funciona em frente à entrada principal do fórum, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, são entregues petições iniciais e intermediárias relacionadas aos processos que tramitam nas unidades jurisdicionais localizadas no Fórum de São Luís. Não recebe pedidos de urgência, como cautelares e liminares, que devem ser protocolados na Secretaria da Distribuição, porque requerem medidas urgentes.

NOVO CÓDIGO DE NORMAS DA CGJ-MA SERÁ DISTRIBUÍDO A MAGISTRADOS

Exemplares do novo Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão já estão disponíveis para os juizes do Estado do Maranhão. A publicação foi entregue nesta quinta-feira (13) e já podem ser requeridas na sede da CGJ-MA pelos magistrados.

“Este novo Código de Normas foi um trabalho minucioso realizado ao longo dos quase dois anos à frente da Corregedoria, para que a magistratura estadual tivesse em mãos um código renovado e atualizado para auxílio no dia a dia das atividades jurisdicionais”, declarou o corregedor-geral da Justiça, Des. Cleones Cunha à época da aprovação do novo código.

Núcleo da DPE é inaugurado em Esperantinópolis

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) entregou, na última semana, a sua nova unidade de atendimento à população. O núcleo de Esperantinópolis é o 17º inaugurado nos últimos três anos, totalizando 23 unidades em todo o Maranhão. O núcleo irá beneficiar também a população dos municípios de São Roberto e São Raimundo do Doca Bezerra, termos da comarca, municípios com um dos menores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. A solenidade de inauguração foi presidida pelo defensor público geral, Aldy Mello Filho, acompanhado da corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros e do defensor público, Marcos Barbosa Carvalho, titular no novo núcleo.

Para Aldy Mello Filho, a ampliação da cobertura geográfica da DPE no estado atende a atual política de gestão do órgão, iniciada há três anos, voltada a capilarizar a atuação institucional, contemplando as cidades com os maiores adensamentos populacionais e os pi-

ores indicadores sociais. "A democratização do acesso à Justiça oportuniza aos cidadãos iguais possibilidades de exercício de direitos e atende a um dos objetivos da República, que é erradicar a pobreza e a marginalização. Esse é, também, um dos diversos objetivos da Defensoria", destacou.

A Defensoria do Maranhão continua avançando em seu processo de expansão para o interior do estado. Segundo o Mapa da Defensoria Pública no Brasil, lançado esse ano, pela Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), a interiorização da DPE/MA vem diminuindo a desigualdade numérica entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça. Até 2010, a instituição cobria apenas 2,76% das comarcas maranhenses. Hoje, são mais de 20% de comarcas atendidas, e a proporção que era de um defensor para 105 mil habitantes, atualmente é de um defensor para 45 mil maranhenses.

Para o defensor público Mar-

cos Barbosa Carvalho, o trabalho em parceria com a Magistratura, o Ministério Público e a sociedade civil organizada potencializará ainda mais a atuação da Justiça na região. "A presença da DPE na comarca permitirá que as demandas da população local sejam encaminhadas de forma mais facilitada. Seja em âmbito judicial ou extrajudicial, a chegada da Defensoria na região permitirá que o cidadão tenha acesso pleno a seus direitos", comentou, destacando a preocupação da atual direção do órgão em estruturar de maneira eficiente as unidades de atendimento da DPE no interior, visando garantir condições adequadas de trabalho aos profissionais e um atendimento digno ao cidadão.

A corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros, destacou a importância da participação popular para o desenvolvimento do trabalho da instituição. "O nosso objetivo é trabalhar em parceria com os poderes públicos, demais instituições de Justiça e, especialmente, com a população. Temos re-

alizado audiências públicas com a finalidade de ouvir a comunidade e pautar a atuação do órgão na localidade a partir das demandas apresentadas", comentou.

O promotor de Justiça da comarca, Paulo Roberto da Costa Castilho, acredita que a chegada da Defensoria dará celeridade aos cerca de 1200 processos que tramitam no município. "Todos ganham com a presença de um defensor público. Agora, está formado o tripé da Justiça. A Defensoria chega para garantir ao cidadão a ampla defesa, conforme prevê a Constituição Federal", ponderou.

Já o juiz titular da Vara de Esperantinópolis, Rômulo Lago e Cruz, disse que o defensor encontrará no município uma estrutura judicial propícia a sua atuação. "Temos uma comarca estruturada, uma Promotoria atuante, e espero que tenhamos com a Defensoria boas discussões, pautadas no respeito mútuo, com vistas a garantir a efetividade dos direitos do cidadão", disse.

16 DIAS DE ATIVISMO

Campanha visa o combate à Violência contra a Mulher

A Campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher" será lançada dia 25 deste mês pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), em parceria com prefeituras municipais, Conselho Estadual da Mulher e organismos que integram a Rede de Atendimento e Enfrentamento a Violência contra Mulher do Maranhão.

Este ano a, ação novamente terá como foco o fortalecimento da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!", promovida pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e que objetiva, principalmente, mobilizar e sensibilizar os operadores do Direito para a compreensão da magnitude do fenômeno e a importância do enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Como nos anos anteriores a Semu vai estar com uma extensa programação do dia 25 de novembro (Dia Internacional da não Violência contra Mulheres), ao dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), com o Tema: Violência Não Tem Desculpa. Tem Lei. Denuncie!

Em vários municípios do Maranhão, os organismos municipais (Secretarias, Coordenadorias, Departamentos de Mulheres e Movimentos de Mulheres Organizados) organizam suas programações de acordo com as orientações da Comissão Educativa da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Semu.

Em São Luís, outras instituições inclusive as que compõem a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, coordenada pela Semu, também realizarão suas ati-



Cartaz alusivo à Campanha

vidades - Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público Estadual, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança, Secretaria de Turismo, Secretaria Extraordinária de Estado da Igualdade Racial, Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

No Brasil, a Campanha é iniciada em 20 de novembro, com o Dia Nacional da Consciência Negra. A inclusão desta data considera a história da cultura negra no Brasil e, sobretudo a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, que se baseia numa opressão de gênero, etnia e classe social.

A crise da Justiça

ANTONIO CLÁUDIO DA COSTA MACHADO*

A crise por que passa a Justiça brasileira há décadas não é resultado da falta de mais poderes nas mãos dos nossos juízes de primeira instância. É sim resultado das deficiências da infraestrutura administrativa e de problemas de gestão do Poder Judiciário.

O congestionamento gigante que se verifica em fóruns e tribunais --92 milhões de processos tramitam no país neste momento-- antes de ser combatido por um novo Código de Processo Civil, deveria ser enfrentado com mais recursos orçamentários --principalmente nas Justiças estaduais-- e com gestão profissional, nos moldes de empresas bem-sucedidas.

Essas medidas resultariam, não há dúvida, em maior agilidade e eficiência na prestação de Justiça aos cidadãos brasileiros.

A reforma que se empreende pelo lado da legislação processual civil será paliativa, porque se dirige apenas à ponta do iceberg.

Seja como for, o que se percebe é que, apesar da boa vontade do Congresso Nacional e dos múltiplos avanços trazidos, o novo Código de Processo Civil, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, aposta principalmente na concentração de poderes nas mãos dos juízes de primeira instância para enfrentar a crise. É justamente neste ponto que repousa o maior perigo para as nossas liberdades.

Será que, a pretexto de agilizar a Justiça, devemos nós, cidadãos, consentir que os juízes detenham, além de poderes enormes para conceder medidas liminares antecipatórias e cautelares --inclusive para arrestar nossos bens--, poderes probatórios quase sem limites?

Todos sabemos que uma causa é vencida ou perdida nas provas e que de nada adianta lutar e lutar se formos

privados de direitos na fase de instrução. Tem caráter democrático um processo em que a parte não pode recorrer imediatamente contra o indeferimento de uma prova que se reputa indispensável?

É democrática a retirada do nosso sagrado direito de ouvir três testemunhas? Segundo o novo Código de Processo Civil, o juiz pode ouvir uma só e acabou!

Parece democrático que os juízes se tornem impugnáveis em audiência quando tomarem decisões que firmam direitos das partes? De nada terá valido para o litigante prejudicado, na fase probatória, ter participado de um processo cheio de novidades interessantes.

Temos lutado muito, nestes últimos tempos, para reimplantar esses três direitos processuais relevantíssimos no novo Código de Processo Civil e impedir que ele se torne irmão gêmeo do processo do trabalho na fase probatória.

Contudo, mesmo que tenhamos sucesso nesse intento, uma outra preocupação ainda nos assombra num futuro próximo: será que o Senado Federal não vai ampliar ainda mais os poderes dos juízes com a eliminação do efeito suspensivo da apelação e permitir a execução das sentenças sem necessidade de confirmação de um tribunal?

Se tememos um processo civil autoritário na Câmara dos Deputados, o que não dizer do autoritarismo ao quadrado que o Senado Federal pode legar ao país se decidir alterar o projeto? Autoritarismo, nessa seara, ocorre quando transformam os direitos processuais das partes em poderes dos juízes.

Será que é isso que desejamos para o Brasil nos próximos 50 anos?

* ANTONIO CLÁUDIO DA COSTA MACHADO, 54, é professor doutor da Faculdade de Direito da USP e do mestrado do Unifio (Centro Universitário da Fundação Instituto de Ensino para Osasco)



Juízes e desembargadores reunidos no Maracangalha

Ministra em São Luís

A visita da ministra do Superior Tribunal de Justiça, Assusete Dumont Magalhães, foi festejada pela classe jurídica maranhense com um almoço no Maracangalha, quando ela e o marido Júlio Cesar Magalhães foram apresentados aos sabores da nossa culinária.



A ministra Assusete e o marido Júlio César Magalhães



Reynaldo Soares da Fonseca e o juiz federal Newton Ramos



Desembargadores Jorge Rachid e Jamil Gedeon



Júlio Cesar Magalhães e o desembargador Froz Sobrinho

Governo vai lançar campanha contra violência à mulher

Ação 16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher será lançada no dia 25 deste mês em parceria com prefeituras municipais, entidades e órgãos

A campanha *16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher* será lançada dia 25 deste mês pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), em parceria com prefeituras municipais, Conselho Estadual da Mulher e organismos que integram a Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Maranhão.

Este ano a, ação novamente terá como foco o fortalecimento da campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!*, promovida pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e que objetiva, principalmente, mobilizar e sensibilizar os operadores do Direito para a compreensão da magnitude do fenômeno e a importância do enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Como nos anos anteriores, a Semu vai estar com uma extensa programação do dia 25 de novembro (Dia Internacional da não Violência contra Mulheres) ao dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos) com o tema: *Violência Não Tem Desculpa. Tem Lei. De-*



Biaman Prado

Violência contra a mulher vai ser combatida durante campanha

nuncie!

Em vários municípios do Maranhão, os organismos municipais (Secretarias, Coordenadorias, Departamentos de Mulheres e Movimentos de Mulheres Organizados) organizam suas programações de acordo com as orientações da Comissão Educativa da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Semu.

Câmara - Em São Luís, outras instituições, inclusive as que compõem a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, coordenada pela Semu, também realizarão suas atividades - Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público Estadual, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança, Secretaria

Maís

São consideradas também datas significativas neste período:

25 de novembro - Dia Internacional pela Não Violência Contra a Mulher

1o de dezembro - Dia Mundial de Combate à Aids

6 de dezembro - Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos

de Turismo, Secretaria Extraordinária de Estado da Igualdade Racial, Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

No Brasil, a Campanha é iniciada em 20 de novembro, com o Dia Nacional da Consciência Negra. A inclusão desta data considera a história da cultura negra no Brasil e, sobretudo, a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, que se baseia numa opressão de gênero, etnia e classe social.

Esmam Cultural

A 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) fará homenagem à data histórica de instalação da corte estadual - a terceira mais antiga do Brasil. O evento acontecerá no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Centro Histórico, o projeto contará com shows musicais, exposição de fotografias, poesia, artesanato, espetáculos teatrais, dentre os quais a peça "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. A entrada é gratuita.

Estado Maior

Disputa pelo TRE agita bastidores do Judiciário

Os bastidores do Tribunal de Justiça estão sendo agitados por uma disputa que terá desfecho no Tribunal Regional Eleitoral. Os desembargadores Froz Sobrinho, vice do TRE, e Guerreiro Júnior, presidente do TJ, são candidatos à presidência do TRE. **Página 3**

Embate na Corte

A sucessão do desembargador José Bernardo Rodrigues no comando do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que até meados de setembro era vista como um processo natural, com a ascensão do atual vice-presidente e corregedor eleitoral, desembargador Froz Sobrinho, à presidência da Corte Eleitoral, cedendo a vice-presidência e a Corregedoria ao desembargador que for eleito para compor a Corte, mudou radicalmente quando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, cujo mandato termina em dezembro, decidiu disputar a vaga de José Bernardo Rodrigues na Justiça Eleitoral e, mais do que isso, brigar pela presidência da Corte.

A tradição na Justiça Eleitoral - não é regra formal - é que o desembargador que integre a Corte como vice-presidente e corregedor eleitoral seja eleito presidente, ficando com o desembargador recém-chegado a vice-presidência e a corregedoria geral. Assim, com a saída de José Bernardo Rodrigues da presidência, o cargo seria ocupado naturalmente pelo atual vice e corregedor, Froz Sobrinho. A intenção manifestada pelo atual presidente do TJ, desembargador Guerreiro Júnior, de presidir a Corte Eleitoral atingiu a tradição e abriu um clima de forte disputa no Poder Judiciário.

Froz Sobrinho tem a seu favor a tradição. Ele é o atual vice-presidente e corregedor e o desdobramento natural da saída do presidente José Bernardo Rodrigues seria sua ascensão ao cargo de presidente. Guerreiro Júnior conta com o prestígio que lhe dá a presidência do TJ para pleitear a eleição para a vaga a ser aberta na Corte Eleitoral. Dificilmente o Pleno do TJ negará ao atual presidente a eleição para a vaga no TRE, embora a Corte vez por outra surpreenda com decisões.

A eventual eleição para a Corte eleitoral não garantirá a presidência do TRE a Guerreiro Júnior. Ele terá de ser eleito por aquela Corte, que está nesse momento renovando seus quadros - dois advogados e um juiz ali chegarão antes da eleição do comando. Os três novos juízes eleitorais terão participação decisiva no processo de escolha. Resta saber se os eleitores manterão a tradição, que será mantida com a eleição do vice-presidente Froz Sobrinho, ou embarcarão no prestígio, que será confirmado com a escolha do desembargador Guerreiro Júnior.

Vale aguardar o desfecho, agendado para dezembro.

R\$ 300 MIL POR UNIDADE

**Bando que matou Décio
coloca cabeças de 2 juízes
e um promotor a prêmios**

PÁGINA 8

Bando que executou Décio coloca a prêmio cabeças de dois juízes e um promotor

O site Maranhão de Hoje, A juíza Alice de Souza Rocha revela que uma trama arquitetada pelo bando que mandou assassinar o jornalista e blogueiro Décio Sá colocou a prêmio sua cabeça, a do juiz Osmar Gomes e a do promotor Luis Carlos Duarte. O valor pago pelo bando seria de R\$ 300 mil.

A juíza Alice de Souza Rocha relatou na última quinta-feira pela manhã, no Tribunal de Justiça do Estado, após a solenidade de posse do desembargador Marcelino Ewerton, que sua cabeça, bem como a

do também juiz Osmar Gomes e do promotor de Justiça Luís Carlos Duarte, todos envolvidos nas investigações da morte do jornalista Décio Sá, foram colocadas a prêmio de R\$ 300 mil pelos acusados do crime.

A informação, segundo ela, teria chegado ao conhecimento do juiz Osmar Gomes pelo relato de um policial, que teria testemunhado a discussão desta trama. Estão presos como mandantes do assassinato do repórter e blogueiro do Sistema Mirante (fato ocorrido em abril de 2012), Gláucio Alencar, o seu

pai, José de Alencar Miranda, e José Raimundo Sales Júnior, o Júnior Bolinha.

A juíza Alice Rocha foi quem primeiro recebeu as denúncias do Ministério Público sobre este caso, mas saiu das investigações depois de ter sido transferida para a Vara Cível.

Ela disse que quando saiu do caso não havia tomado ciência de nenhuma ameaça contra sua vida, apesar disto ter sido denunciado em alguns blogs. Na quinta-feira, porém, ela foi informada pelo próprio juiz Osmar Gomes da

descoberta da trama. O caso vai ser investigado, a fim de ser comprovada ou não a veracidade da informação.

Visivelmente emocionada com esta informação, Alice Rocha chegou a pedir apoio do desembargador Paulo Veltten, logo após a solenidade de posse do novo membro da cúpula da Magistratura, e este se prontificou a ajudar nas investigações, ponderando que isso precisa ser analisado com muito cuidado, haja vista a onda de boatos sobre este crime que a todo hora brotam na imprensa local.

Campanha visa o combate à Violência contra a Mulher

A Campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher" será lançada dia 25 deste mês e tem como foco o fortalecimento da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa



res do Direito para a compreensão da magnitude do fenômeno e a importância do enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Como nos anos anteriores a Semu vai estar com uma extensa programação do dia 25 de novembro (Dia Internacional da não Violência contra Mulheres), ao dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), com o Tema: Violência Não Tem Desculpa. Tem Lei. Denuncie!

Em vários municípios do Maranhão, os organismos municipais (Secretarias, Coordenadorias, Departamentos de Mulheres e Movimentos de Mulheres Organizados) organizam suas programações de acordo com as orientações da Comissão Educativa da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Semu.

Em São Luís, outras instituições inclusive as que compõem a Câmara Técnica Estadual de gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, coordenada pela Semu, também realizarão suas atividades - Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público Estadual, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança, Secretaria de Turismo, Secretaria Extraordinária de Estado da Igualdade Racial, Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

No Brasil, a Campanha é iniciada em 20 de novembro, com o Dia Nacional da Consciência Negra. A inclusão desta data considera a história da cultura negra no Brasil e, sobretudo a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, que se baseia numa opressão de gênero, etnia e classe social.

A Campanha "16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher" será lançada dia 25 deste mês pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), em parceria com prefeituras municipais, Conselho Estadual da Mulher e organismos que inte-

gram a Rede de Atendimento e Enfrentamento a Violência contra Mulher do Maranhão.

Este ano a, ação novamente terá como foco o fortalecimento da Campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não

tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!", promovida pelo Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e que objetiva, principalmente, mobilizar e sensibilizar os operado-

TRÂNSITO

Maçonaria faz clamor pela paz

Segundo a PRF, entre janeiro de 2007 e novembro de 2010, o trânsito no Campo de Perizes matou 34 pessoas, deixou 92 com ferimentos graves e 93 com ferimentos leves

A Maçonaria Unida do Maranhão realiza neste domingo, na Avenida Litorânea, a Campanha de Conscientização e Mobilização de Combate a Violência no Trânsito. O objetivo é mostrar à sociedade de que a violência no trânsito é uma grave questão de ordem social e econômica, no mundo, no Brasil e em nosso estado.

Nesta data será celebrada o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito com um clamor pela paz no trânsito e ainda sensibilizar as autoridades competentes e a sociedade de um modo geral para o efetivo cumprimento da legislação do trânsito, de forma que haja um trânsito seguro, que é um direito de todos os cidadãos brasileiros.

As razões que levaram ao



Novembro de 2012, acidente na Avenida dos Africanos engrossou as estatísticas de mortos

lançamento desta campanha foram às estatísticas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) informa que a principal causa de morte no mundo, de jovens entre 15 e 29 anos é a violência no trânsito, ganhando da tuberculose, Aids e da violência em geral. No Brasil, de acordo com Ministério de Saúde, em 2010 morreram 40.610 pessoas vítimas de acidentes de trânsito e mais 180 mil foram hospitalizadas.

No Maranhão

O Campo de Perizes é um dos locais mais perigosos próximos a São Luís. Entre janeiro de 2007 e novembro de 2010, 34 pessoas morreram, 92 ficaram gravemente feridas e 93 tiveram ferimentos leves, segundo a Polícia Rodoviária Federal.

De acordo com a associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito no Brasil. Já para o Ministério da Saúde esse percentual sobe para 50%.

PROGRAMAÇÃO

7h30 às 8h45 - Chegada das caravanas

8h50 - Hasteamento da bandeira brasileira e execução do hino nacional

9h - Ato ecumênico: orações feitas pelo vigário-geral da Arquidiocese de São Luís, Padre Jozimar Pinheiro, representando D. Belisário José da Silva, e pelo capelão José Luis Soares da PMMA acompanhado com seu Ministério de Música.

9h30 às 10h - Pronunciamentos

Coordenação da Campanha

Comitê Vida no Trânsito

Grãos-mestres da Maçonaria do Maranhão

Parceiros

10h15 às 11h10 - Passeata com panfletagem, exibição de faixas e colocação de adesivos em veículos, carreta, motocicletada e bicicletada.

11h10-Apresentação do coral do curso de Enfermagem do UniCeuma

11h20 às 11h40 - Leitura de documento a ser entregue para a governadora do Maranhão, prefeito de São Luís, presidente do Tribunal de Justiça, presidente da Assembleia Legislativa e presidente da Câmara de Vereadores de São Luís, pedindo fiscalização, punição e educação no trânsito.

11h50 - Encerramento do evento

Projeto Cultural Esmam

Música, teatro, cinema, exposição fotográfica, poesia e artes plásticas terão lugar reservado na 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Com espaço para a apresentação de trabalhos artísticos de servidores e magistrados do Judiciário estadual, este ano o projeto homenageia os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão com muita arte. Além da Mostra de Talentos do Judiciário, o projeto contará com o espetáculo "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. O evento cultural é aberto à comunidade, com entrada gratuita, e será realizado no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho - Praia Grande.

Presidente da AMMA sugere medidas para combate à crise na segurança pública

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Protásio dos Santos (foto), acredita que há um vasto leque de medidas que devem ser tomadas pelo governo do



Estado para combater a crise do Sistema de Segurança Pública do Estado. Mas ele adverte que não faz sentido a cobrança de alguns segmentos no sentido da transformação de juízes em justiceiros. “Se isso viesse a ocorrer não teríamos apenas a falência do sistema de segurança pública, mas do próprio Estado Democrático”, alerta o magistrado.

PÁGINA 3 [C2]

Os juízes não são justiceiros. São juízes

GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS*

Juízes não são justiceiros. Não devem agir para satisfazer o espírito de vingança, individual ou coletivo. Não é sua função acusar ou defender quem quer que seja, nem tampouco é seu papel combater a criminalidade nas ruas. A tarefa que lhes foi destinada pela ordem constitucional é a de julgar com uma visão plural, de modo a contribuir, em última análise, para o bem comum.

Cabe ao magistrado, após examinar os fatos, ponderar as suas circunstâncias e formatá-los aos termos da lei, proferir, ao final, uma decisão que solucione o conflito, condenando ou absolvendo a quem está sendo acusado da prática de algum ato ilícito.

Tais atividades devem ser realizadas com absoluta imparcialidade. É o que se espera de um Juiz no Estado Democrático que, ao decidir uma ação, seja cível ou criminal, o faça de forma imparcial, sem ideias pré-concebidas e sempre tendo a Constituição e a lei como norte, evitando as paixões de qualquer natureza.

Ressalta-se: agradar ou desagradar à opinião pública, ou aos membros dos demais Poderes, não se insere na agenda do magistrado. A sua função é, essencialmente, contramajoritária e, muitas das vezes, tem a difícil missão de proteger a sociedade dos seus próprios instintos de "justiça a qualquer preço".

Essa reflexão é oportuna no atual momento em que o Estado do Maranhão passa por uma crise sem precedentes no sistema de segurança pública e prisional como forma de contrapor os argumentos que, à guisa de escamotear as verdadeiras razões para termos alcançado índices alarmantes de violência, sobretudo na região metropolitana de São Luís, tenta transferir a responsabilidade ao Judiciário.

A surrada cantilena "a Polícia prende, a Justiça solta", repetida à exaustão por certas autoridades policiais e replicada pela Imprensa em programas sensacionalistas, é um subterfúgio para justificar a incompetência.

Ora, se a prisão for ilegal, a obrigação do juiz

é relaxá-la, e se assim não proceder, cometerá ele juiz um ilícito. Portanto, a quantidade de relaxamento de prisão é diretamente proporcional à "qualidade das prisões" realizadas, e abrir exceção a esse controle constitucional, o que por vezes é clamado pela "opinião pública", é possibilitar que, amanhã, qualquer cidadão de bem seja vítima desse tipo de seletividade.

O que chama a atenção do observador atento, é que os detratores do Judiciário se esquecem de alardear que por falta de investimentos do Executivo ao longo dos anos, há no Maranhão um déficit de mais de duas mil vagas no sistema carcerário; a Justiça manda prender, porém, não há lugar para colocar os presos.

Esquecem, ainda, de dizer que há milhares de mandados de prisão expedidos por ordem dos juízes e não cumpridos por falta de pessoal suficiente e de estrutura necessária para rastrear os foragidos ou que as Casas de Internação dos menores infratores estão interditadas por falta de condições mínimas para abrigá-los. É ainda que a briosa Polícia Militar tem apenas a metade do contingente que necessitaria para trabalhar de forma adequada.

Transferir responsabilidades para justificar omissões não solucionará a crise de segurança que estamos imersos. E aqui vale a mesma fórmula para a resolução de qualquer problema, a qual o primeiro passo para resolvê-lo é reconhecer que existe um problema. O segundo é priorizar as medidas que irão solucioná-lo, sem olvidar que, no caso do Maranhão, essas passam necessariamente pela valorização e reconhecimento dos homens e mulheres que compõe a Polícia Militar e Civil do estado.

O leque de medidas que devem ser tomadas pelo Governo do Estado para combater a crise de segurança é extenso, contudo, certamente, entre elas não se encontra a transformação de Juízes em Justiceiros, se isso viesse a ocorrer não teríamos apenas a falência do sistema de segurança pública, mas do próprio Estado Democrático.

**Gervásio Protásio dos Santos é presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA*

Campanha 16 Dias de Ativismo visa o combate à Violência contra a Mulher

A Campanha “16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher” será lançada dia 25 deste mês pela Secretaria de Estado da Mulher (Semu), em parceria com prefeituras municipais, Conselho Estadual da Mulher e organismos que integram a Rede de Atendimento e Enfrentamento à Violência contra Mulher do Maranhão.

Este ano a ação novamente terá como foco o fortalecimento da Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha - Violência não tem desculpa. Tem Lei. Denuncie!”, promovida pelo governo federal, por intermédio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) e que objetiva, principalmente, mobilizar e sensibilizar os operadores do Direito para a compreensão da magnitude do fenômeno e a importância do enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres.

Como nos anos anteriores a Semu vai estar com uma extensa programação do dia 25 de novembro (Dia Internacional da não Violência contra Mulheres), ao dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), com o Tema: Violência Não Tem Desculpa. Tem Lei. Denuncie!

Em vários municípios do Maranhão, os organismos muni-

cipais (Secretarias, Coordenadorias, Departamentos de Mulheres e Movimentos de Mulheres Organizados) organizam suas programações de acordo com as orientações da Comissão Educativa da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e a Semu.

Em São Luís, outras instituições inclusive as que compõem a Câmara Técnica Estadual de gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, coordenada pela Semu, também realizarão suas ativida-

des - Tribunal de Justiça do Maranhão, Ministério Público Estadual, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança, Secretaria de Turismo, Secretaria Extraordinária de Estado da Igualdade Racial, Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

No Brasil, a Campanha é iniciada em 20 de novembro, com o Dia Nacional da Consciência Negra. A inclusão desta data considera a história da cultura negra no Brasil e, sobretudo a tripla discriminação sofrida pela mulher negra, que se baseia numa opressão de gênero, etnia e classe social.





NA BONITA SOLENIDADE de comemoração dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Raimundo Melo entrega medalhas aos afilhados Odilon Soares e Jadson Cleon Silva, respectivamente executivo do Sistema Mirante de Comunicação e advogado criminalista

VIOLÊNCIA

Comerciantes fazem de suas empresas verdadeiras prisões

AQUILES EMIR

A revista Maranhão Hoje que chegou às bancas neste fim de semana traz como matéria de capa uma ampla reportagem sobre como o medo da violência obriga comerciantes de São Luís a transformarem seus estabelecimentos em verdadeiras prisões, criando um ambiente nada agradável de convivência com os clientes, que são atendidos, em alguns casos, do lado de fora. É o caso de Jorge Santos, proprietário de um mini mercado na Vila Passos, que diz se sentir prisioneiro dentro do seu estabelecimento.

Ainda de acordo com a reportagem, até mesmo reuniões plenárias como as da Associação Comercial do Maranhão agora se realizam com portões fechados, já que os empresários temem assaltos. Na Praça Lisboa, até mesmo donos de bancas de revista evitam trabalhar depois de 18h, pois o risco de assalto é grande.

O medo faz sentido, pois em recente encontro com empresários lojistas, como ressalta Maranhão Hoje, o ex-comandante do policiamento metropolitano, tenente-coronel João Nepomuceno, recém-nomeado subcomandante da Polícia Militar, admitiu que o efetivo destinado para policiar o centro de São Luís se resume a oito homens, ou seja, não há a menor proteção aos cidadãos.

Já na Avenida Kennedy, o comerciante José Ribamar Pinheiro, proprietário do Comercial Pinheiro, foi obrigado não apenas a também gradear seu estabelecimento,

mas a contratar segurança particular. Segundo ele, houve um período em que foi assaltado seis vezes em menos de um ano, ou seja, de dois em dois meses recebia a "visita" de assaltantes, que quando não encontravam dinheiro levavam mercadorias.

Municípios

A revista também destaca em sua edição de novembro como os agricultores maranhenses estão valorizando mais as culturas tradicionais, como arroz, milho e feijão, que na safra deste ano devem ser variação maior do que a soja, que, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), terá um desempenho negativo nesta colheita.

Ainda no campo da economia, Maranhão Hoje traz o perfil de um dos mais bem sucedidos empresá-

rios do ramo de automóveis, Nonato Luz, proprietário da Gran Car, que conta como conseguiu se graduar e se tornar um homem de negócios depois de deixar Parnaíba, no litoral piauiense, para residir e trabalhar em São Paulo. O empresário diz que saiu do Piauí sem estudos, mas conseguiu vencer. Na reportagem ele diz que economizar para começar um negócio e bem melhor do que dever banco.

Como parte das comemorações dos 200 anos do Tribunal de Justiça, a revista entrevistou o presidente da OAB-MA, Mário Macieira, que afirma não estar o Judiciário adaptado para atender à demanda por justiça.

Maranhão Hoje, que é uma publicação da Class Mídia, é a única revista com periodicidade regular no Maranhão, circulando mensalmente, em São Luís, e várias cidades do interior.

DIVULGAÇÃO



Jorge Santos se constrange em manter os clientes do lado de fora do seu estabelecimento